

CAPÍTULO III

NEOLIBERALISMO: influência, resistência e deformação da educação superior*

Bárbara Barra Gomides

Ilza Maria da Silva Alves

Lorraine Possamai Salvador Azevedo

Introdução

O contexto de mudanças aliado à necessidade de adaptações e modernizações, ocasionam grandes desafios e profundas transformações. A educação por sua vez sofre a influência direta das características de um sistema essencialmente capitalista, de natureza competitiva, individualista e excludente, provocando mutações de conceitos de cidadania, qualidade, conhecimento, produtividade e competência. Assim, diante do modelo econômico vigente cabe perguntar: Quais mudanças de paradigmas observadas na educação superior no Brasil nesse contexto?

Nessa perspectiva, o capítulo objetiva, através do diálogo com autores, interpretar de maneira reflexiva, questionadora e histórico-crítica a configuração neoliberal de pensar e projetar a política no campo educacional. O presente trabalho faz-se necessário, pois busca compreender os reflexos das práticas de políticas neoliberais brasileiras na estruturação da Educação Superior no país. Assim, a operacionalização desse estudo contempla análises de cunho teórico, com enfoque na utilização da pesquisa com base na literatura, direcionada às preocupações referentes a formulação das políticas educacionais para o ensino superior, seus determinantes e seus condicionamentos, em decorrência das transformações que vêm ocorrendo no mundo globalizado.

O presente texto está estruturado em três partes, que buscam apresentar, em um primeiro momento, as evidências históricas das transformações políticas neoliberais, onde, posteriormente, é colocado em discussão as acentuadas repercussões dessas alterações na Educação Superior Brasileira. Nesse percurso, foi possível descrever os impactos gerados na educação em decorrência dos condicionantes inerentes ao

*DOI – 10.29388/978-65-81417-43-7-0-f.57-76

modelo econômico capitalista, o qual tem construído um cenário do ensino superior condicionado de incertezas, embates e desafios, que impactam diretamente no futuro das universidades brasileiras, gerando diversas inquietações e questionamentos, principalmente, diante do atual contexto político vigente no país.

As questões agora, no entanto, concentram-se nas preocupações: Que futuro nos espera? Que futuro vamos construir? Será que teremos universidades públicas no futuro? Perguntas essas, que afligem e invadem, nesse horizonte voltado para a lógica empresarial, meritocrática, competitiva, individualista, desigual e privativa, princípios de uma visão de política neoliberal. Visando superar esse contexto problemático e caótico, em seguida são delineadas algumas possibilidades de novos rumos, na constante luta e busca pela adesão a uma Educação Superior vista como um bem público a serviço dos direitos igualitários de toda a sociedade.

Políticas neoliberais

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, consolidando o domínio da nova direita, onde imperava o capitalismo. Segundo Paulani (2006), já se tornou lugar-comum denominar a política econômica de nossos dias no Brasil de neoliberal. Mas não é de hoje a popularidade do termo. Foi a partir do início dos anos 1990 que ele começou a ser mais difundido, sendo uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. Ou seja, o surgimento dessa doutrina econômica “[...] simbolizou uma aguda reação ideológica contra certos mecanismos da intervenção estatal.” (VIDAL, 2007, p. 2), notadamente aqueles destinados a promover o planejamento da economia e alguma homogeneização nas sociedades nacionais do chamado capitalismo avançado. Segundo Harvey:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas. (HARVEY, 2008, p. 12)

O movimento de adesão ao modelo neoliberal ocorreu após diversas crises ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, que levaram os Estados Unidos e alguns países da Europa a envidarem esforços de readaptações socioeconômicas, no fomento a liberdade comercial e a investimentos em atividades corporativas com fins lucrativos. Além de repensar o papel do Estado sobre a dimensão da sua atuação no intuito de reduzir sua intervenção na economia e alterar a forma de promover o bem-estar social. Os países centrais foram os seus precursores, acompanhados em seguida por países periféricos, a exemplo do Brasil, os quais passaram a atender as diretrizes do Consenso de Washington (SALES; CARDOSO, 2020).

O movimento político-ideológico e de gestão econômica do modelo neoliberal, tende a generalizar-se mundialmente como construto ideológico hegemônico. Este movimento foi marcado pela recomendação internacional de 1989, que visava propagar a conduta dos princípios do neoliberalismo, com a intenção de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina. Caso esses se recusassem a cumprir essas normas, encontrariam dificuldade de receberem investimentos e ajuda internacional por partes dos organismos internacionais.

Vários princípios do Consenso de Washington são considerados "globalizantes" por estimularem a integração econômica internacional, através da abertura de mercados, das privatizações e do estímulo aos investimentos externos diretos. Esse processo, apesar do discurso de combater as crises e as misérias nos países periféricos, contribuiu para agravar as desigualdades sociais e econômicas que erguem um canal entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido (ANDERSON, 1995).

A globalização e o prejuízo social que a hegemonia desse pensamento neoliberal acarreta aos países de terceiro mundo, tudo isso inserido numa lógica da reprodução do capital e dos seus campos de acumulação, sustentam e reforçam a ideologia neoliberal, onde, a população é dominada por uma lógica competitiva do mercado, que atropela a própria história da América Latina, distorce a ordem natural do equilíbrio da consciência social e das regras institucionais democráticas que passam a ser influenciadas pelos valores da mercantilização. A cultura empresarial invade as instituições básicas da sociedade, provocando o enfraquecimento das esferas públicas, vistas

como importantes meios de conservação do direito de cidadania, em especial, a educação. Segundo Tello e Almeida:

Ao se globalizar, ou ao ser privatizado o conhecimento científico deixa de ser um patrimônio científico e cultural no sentido de ser um espaço em que a América Latina com suas contradições poderiam expressar sua identidade e defender seus interesses coletivos, expressos na superação da desigualdade social e na emancipação econômica, política e cultural da maioria de seus habitantes. (TELLO; ALMEIDA, 2013, p. 12)

Em um contexto, portanto, de aceleração tecnológica e aprofundamento da crise do capital, criaram-se formas de apropriação capitalista do conhecimento produzido pelas universidades públicas brasileiras, em todas as suas atividades (DA COSTA; SILVA, 2019). Diante dessa conjuntura, no Brasil, as políticas neoliberais para o ensino superior foram se transformando rapidamente, obedecendo à lógica do capital, que enquanto tal não respeita as necessidades e muito menos os direitos dos povos. Essa lógica é apresentada no livro “Estudos Epistemológicos no campo da pesquisa em Política Educacional”:

Apenas as elites conectadas se privilegiam com as novas tendências da economia mundial. Populações inteiras são, muitas vezes, excluídas. Na América Latina, o desmonte do Estado-Nação é orquestrado de modo a acentuar ainda mais a dependência econômica e a desnacionalização das mais diversas riquezas. O fim do Estado-Nação significa, sobretudo uma transferência de patrimônio ao capital internacional. (TELLO; ALMEIDA, 2013, p. 12)

Seguindo essa linha de pensamento, Batista Jr., na obra “Financiamento da Educação Superior Estado X Mercado”, interpreta a globalização como um fenômeno que beneficia e envolve positivamente os países ricos, lançando os países mais pobres numa competição comercial e financeira que os leva a sucumbir perante a força e o poder das nações ricas comandantes do processo (AMARAL, 2003). A globalização está criando uma massa crescente de “excluídos”, sem nenhum tipo de perspectiva ou horizonte de melhoria de suas vidas, sendo assim, vem apresentando sinais evidentes de ser cada vez menos inclusiva e convergente, gerando um cenário de intensa insegurança e angústia, onde a sociedade se sente completamente desamparada.

Tem-se, assim, um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, onde predomina um modelo de organização do Estado cada vez mais orientado pelo pragmatismo, o qual, não tem as políticas públicas como prioridade. Nessa perspectiva, voltada para os interesses do mercado e pautada na lógica da produtividade, competitividade, individualidade, eficiência e eficácia, discurso fortemente apoiado por organismos internacionais, se faz presente as tendências a um desemprego de massas de caráter permanente, tido como mecanismo natural e necessário nas economias de mercado lucrativas. Assim, conseqüentemente, amplia-se a pobreza, juntamente com a crescente desigualdade social e o reduzido investimento em bens sociais como a educação. Conforme Biagini:

Em decorrência deste cenário, foram intensificados os agravos à soberania, dentro de um novo pacto gerencial, onde predominam as características do neoliberalismo que sacralizam o sistema e o ordenamento capitalista: “mercado auto-regulável e livre empresa; cortes sociais, salariais e do gasto público; privatizações radicais e acumulação unilateral de bens; devastação populacional e do meio ambiente”; por outro lado, o contrário sensu dessa plataforma repudia: “economia planificada e o Estado regulador ou providente; democracias plebiscitárias, movimentos civis e de governos populares legitimados na urna; legislação laboral e redistribuição de renda; respeito à natureza e seus recursos”. (BIAGINI, 2016, p. 533)

No entanto, as novas relações produtivas de flexibilização, baseadas nos avanços tecnológicos provenientes da crescente globalização desacerbada, revelam suas contradições com o Estado de bem-estar-social e encontram proximidade com o modelo neoliberal de mercado, onde predomina um Estado mínimo desregulamentado e privatizado. Assim, segundo Del Pino (2020, p. 2), “[...] chegamos a uma ordem econômica determinada pelas corporações mundiais, pelas instituições financeiras internacionais, pela globalização e integração da produção, do capital, dos mercados e do trabalho.”.

Portanto, segundo Paulani:

A inserção de nosso país no “mundo globalizado pela via de sua transformação num mercado financeiro emergente tem nos reservado um papel melancólico na divisão internacional do trabalho, além dos efeitos deletérios que tem produzido para a economia nacional e para sua capaci-

dade de produzir uma sociedade menos fracionada e barbarizada. A continuidade desse projeto só afundará o Brasil no mesmo atoleiro, mettendo-o cada vez mais na armadilha que o impede de crescer e de praticar soberanamente políticas que revertam o secular quadro de desigualdade que tem marcado nossa história. (PAULANI, 2006, p. 97)

Educação superior no Brasil nos marcos do neoliberalismo

A partir da década de 1990, auge das políticas neoliberais caracterizadas dentre outras ações pela diminuição da intervenção Estatal, passamos a vivenciar no contexto educacional brasileiro o desmonte da universidade pública: diminuição de investimentos por parte do Estado em prol de um viés mercantilista aliada a parcerias público privadas, a desqualificação do ensino, dos profissionais e da universidade pública em geral. Esse desmonte está pautado nos ditames neoliberais advindos de organismos internacionais, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), dentre outros órgãos responsáveis pela orientação e condução política, econômica e educacional em escala mundial.

Pensar a educação superior no Brasil na ótica neoliberal implica em fazer reflexões que considerem todo o movimento político e econômico que estamos vivendo nos últimos anos onde é possível perceber a forte influência exercida pelo Banco Mundial na política macroeconômica brasileira, em especial na área educacional. A influência vem travestida de recomendações que afetam sobremaneira as universidades. Conforme afirmam Mancebo, Bittar e Chaves:

Todas as universidades e instituições de Ensino Superior, mesmo que inseridas em países com economias distintas e mesmo sendo portadoras de histórias e “identidades” bastante diferenciadas, foram afetadas, de forma mais ou menos intensa, nas últimas décadas, pelas novas demandas da economia global, pelos novos papéis atribuídos ao Estado. (MANÇEBO; BITTAR; CHAVES, 2012, p. 14)

Essas novas demandas podem ser identificadas em pacotes pré-determinados por agendas internacionais que implementam reformas e leis que visam atender a interesses específicos que garantam a

manutenção da lógica capitalista, e que não raramente privam a população de ter acesso a direitos como a educação, assegurados constitucionalmente (BRASIL, 2016).

No início dos anos 2000, com a instauração no Brasil do governo de Luiz Inácio Lula da Silva é propagado um novo discurso sobre o modelo político e econômico a ser implementado baseado nos ideais novo desenvolvimentista. O qual, segundo Bresser Pereira (2006), representou nada mais que um aliado às ações neoliberais já em andamento, passando a ditar o rumo das políticas e investimentos, impactando sobremaneira na área da educação.

Embora de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a educação superior no Brasil tenha tido um grande avanço a partir dos anos 2000, as políticas educacionais de expansão do ensino superior não efetivaram de forma adequada os meios para que o novo contingente de alunos viesse a ter condições de permanecer na universidade. Assim, indaga se: atualmente no Brasil, realmente há uma expansão do ensino superior pautado na democratização do acesso ou apenas o cumprimento de agendas políticas que levam à precarização e ao sucateamento desse nível de ensino?

Para responder a essa questão foi feito, no presente trabalho, um levantamento das políticas de expansão dos últimos anos sendo possível constatar, que desde o final da década de 1980, os governos neoliberais vêm promovendo reduções de gastos com o ensino superior público, passando a privilegiar a ampla privatização da oferta da educação superior.

Em consonância com a metas do Plano Nacional de Educação (PNE - 2001-2010) para o ensino superior em Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, e Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País (BRASIL, 2001), o governo Lula lançou, a partir de 2003, planos e programas. A exemplo, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o ensino a distância, a política de cotas, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com a finalidade de atender as referidas metas estipuladas no PNE para o ensino superior no Brasil.

Essas ações, imbricadas de concepções neoliberais e aliadas às orientações do Banco Mundial, foram alvo de críticas por levar à intensificação do processo de estatização das vagas e, nos dizeres de Aparecida da Silva Xavier Barros, “[...] levou também a uma democratização às avessas, como é o caso do ProUni.” (BARROS, 2015, p. 371) que promoveu o financiamento e o crescimento de instituições privadas, porém não assegurou a qualidade do desempenho dessas instituições.

A fragilidade dessas políticas fica evidente também quando se constata o abismo entre a democratização do acesso e o sucesso acadêmico. Nos dizeres de Dourado e Catani (1999, p. 9-11) “[...] parece ser impossível ampliar vagas e oferecer condições de permanência na escola e na universidade, com o mesmo nível de qualidade e eficiência, em função da diversidade e condições existentes [...]”, decorrendo daí a nossa afirmação da necessidade de que haja políticas de Estado que possibilitem a esse público condições de se manter na universidade respeitando suas particularidades de aprendizado e culturais. E que essas universidades revejam paradigmas e considerem a necessidade de se posicionarem quanto a sua real função que deve ir além da formação para o mercado de trabalho.

Além dessas constatações, a ofensiva neoliberal tem constantemente e propositadamente incitado e provocado ataques sequenciais num discurso de total desqualificação da universidade pública. Com a clara intenção de desmontar a educação pública, esses fatos sinalizam o caminho para uma privatização processual do ensino público, amparada por um discurso técnico governamental pautado na lógica da produtividade e renda, que afirma que a universidade que não tiver lucros receberá menos recursos, numa clara ênfase da quantidade em detrimento da qualidade.

Essa reestruturação dos sistemas de ensino faz parte de uma ofensiva política e ideológica do capital neoliberal na busca pela transformação da educação em negócio, implicando na precarização e sucateamento da mesma, trazendo prejuízos não apenas para a comunidade acadêmica, mas para a sociedade em geral.

Embates e desafios da educação superior no atual contexto político

As consequências decorrentes das ofensivas neoliberais no atual contexto político e econômico brasileiro se materializam também nas reformas propostas pelo governo e que visam o desmonte da educação superior.

Hoje tem em pauta discussões que vão desde a implementação de uma reforma administrativa que prevê a diminuição de cargos, achatamentos de salários, desvalorização de carreiras até a efetivação do programa denominado “Future-se” - Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (PERA; MENEZES, 2019). Este último, embora ainda não tenha sido aprovado pelo Congresso, recebeu diversas críticas e ressalvas por parte das universidades o que fez com que a proposta sofresse alterações junto ao Ministério da Educação (MEC), sendo uma delas a retomada da obediência a autonomia universitária.

Observa-se também o crescimento das instituições privadas que, conforme a afirmação de Barros (2015, p. 363), teve no período entre 2001 e 2020 um crescimento significativo, sendo que “[...] apesar do total de matrículas (federais, estaduais, municipais e privadas) ter alcançado um crescimento de 110% nesse período, o fato é que a rede privada continua sendo a grande responsável pela Educação Superior no país.”.

A ofensiva neoliberal se faz presente nas políticas públicas destinadas à educação superior, com tendências mercadológicas cujo objetivo é o de suprir as necessidades imediatas do mercado de trabalho, com formações aligeiradas, ofertas de cursos em faculdades privadas com qualidade duvidosa voltados para formação de mão de obra e redução da atuação do Estado.

São políticas que, ao ampliarem o número de vagas nas universidades, elevarem a taxa de conclusão média e aumentarem a relação aluno-professor na graduação, a exemplo do REUNI (BARROS, 2015, p. 374). E que propõem elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%, e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, conforme consta no PNE do decênio de 2014 a 2024 (BRASIL, 2014), o que acabam apontando para a massificação das universidades.

Sobre os desafios para o ensino superior brasileiro é urgente que tenha se em mente que o foco não está apenas no ensino superior. Deve voltar o olhar para a educação básica no geral, para a infraestrutura, para a formação e capacitação docente e ainda para a qualidade de formação que estão tendo os egressos do ensino médio.

As políticas públicas para a educação são fortemente influenciadas pelo ideário neoliberal, as quais intensificaram-se após 2016 com a diminuição de investimentos, o estímulo às parcerias público privadas, a desvalorização das instituições federais, o congelamento de salários, a diminuição de concursos públicos e redução orçamentária, dessa forma, impactando na vida de todos os brasileiros.

É preciso que a sociedade civil se posicione enquanto supervisora das políticas públicas e busque ocupar espaços visando maior representatividade nos conselhos gestores dessas políticas e lute pelo direito e o dever de participar da gestão pública em seus diversos níveis hierárquicos. Seu posicionamento frente a essas políticas é um modo de buscar o equilíbrio de forças e interesses pela promoção da democratização e na defesa do futuro das gerações que virão. O que se constata hoje é que a educação se encontra mais voltada para interesses do capital, do empreendedorismo e da lucratividade, se pautando mais em números e cada vez menos voltada para a formação humana. O grande desafio a ser enfrentado impescinde da união da sociedade na luta pela superação dessa lógica hegemônica que está aí posta que concebe a educação como mercadoria (MÉSZÁROS, 2008), e pela emancipação do sujeito e de sua qualificação para a vida.

Projeto de lei Future-se e os novos rumos da educação superior no Brasil

Diante de um sentido antiestatal, antipúblico, constata-se um desprendimento do Estado em relação ao ônus de financiar as Instituições de Ensino Superior Públicas, reservando ao governo a função de fiscalizar, avaliar e distribuir recursos através de desempenho a partir de metas pré-estabelecidas.

A proposta educacional brasileira tem diretrizes e princípios constitucionais (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988) que destacam uma garantia de oferta da qualidade do ensino, mas os

recursos e os investimentos feitos ao longo dos anos foram insuficientes para atingir o pleno desenvolvimento humano previsto. E agora se encontra num período de grande incerteza, que se torna mais grave quando as políticas educacionais, que demandam um longo período de implantação para efetivamente gerar resultados, passam a ser orientadas por políticas partidárias e perdem o potencial de amplitude de políticas governamentais de Estado, propriamente ditas (DINIZ; GOERGEN, 2019). Os autores verificaram na pauta da educação brasileira, a partir dos planos de expansão educacional, um esvaziamento da discussão a respeito da própria concepção de educação de qualidade. Os valores que representariam qualidade educacional seriam aqueles que oportunizassem o pleno desenvolvimento humano, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

A educação superior pública no Brasil teve avanços e regressos, enquanto a educação superior privada manteve seu crescimento desde seu início no período republicano (SAMPAIO, 2000). O país, entretanto, ainda mantém pouca tradição em educação superior. As estratégias visaram a expansão quantitativa e não importaram se essa se desse como usufruto de um direito público ou como compra de um serviço, um produto comercial ou uma mercadoria (SGUISSARDI, 2015).

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vêm enfrentando há tempos recorrentes bloqueios e cortes orçamentários, que limitam as condições para a continuidade do desenvolvimento das suas atividades fins. Há uma evidente e contínua redução, em valores reais, das despesas realizadas pelo Ministério da Educação desde 2014 (Informativo Técnico nº 6/2019-CONOF/CD, elaborado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados). A redução orçamentária no MEC nos últimos anos torna-se ainda maior com a aprovação da Emenda Constitucional 95, que determina os limites do teto dos gastos do governo (UFPA, 2019).

A crise orçamentária instalada em 2019 nas IFES é a mais grave das últimas décadas. No primeiro semestre de 2019, o governo federal realizou um contingenciamento de cerca de 30% nas verbas de custeio e de 50% nas verbas de capital do orçamento das universidades e institutos federais, comprometendo assim tanto as ações voltadas às áreas-fim – ensino, pesquisa, extensão e inovação – quanto a manutenção e o funcionamento institucional, envolvendo gastos discricionários, como limpeza, segurança, energia elétrica, água, etc. (UFPA, 2019).

Em julho de 2019, o governo Bolsonaro apresentou à comunidade acadêmica o projeto de lei Future-se que aduz pretender o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das IFES, por meio (i) da parceria com organizações sociais (OS) e (ii) do fomento à captação de recursos próprios. Na verdade, o projeto propõe um conjunto de modificações extremamente amplo e na direção contrária à história da universidade pública brasileira.

A reforma prevista pelo Future-se transforma a universidade pública brasileira na instituição necessária para as novas formas de relação entre capital e trabalho condizentes com a financeirização do capitalismo no século XXI. Esse projeto pode ser entendido como um grande regulador das novas relações necessárias ao novo momento de desenvolvimento das forças produtivas no campo da formação de nível superior e da produção do conhecimento (DEL PINO, 2020). O autor ao analisar o Projeto baseado na Nota Técnica do ANDES-SN de agosto de 2019, constata o grande volume de alterações e regulamentações de leis do ordenamento jurídico brasileiro.

O programa possibilita a privatização de bens patrimoniais e recursos públicos, direcionando-os no modelo de autonomia financeira, à mercê das grandes corporações nacionais e mundiais, reorganizando as universidades públicas em OS dependentes do setor privado e vendendo serviços (SILVA JR.; FARGONI, 2020). O caráter público da universidade, conquistado em um momento específico da história, cede espaço para os interesses privados, distanciando-se cada vez mais dos direitos sociais. Segundo Santos (2019), a universidade deixa de formar para o mercado e se constitui como parte do mercado.

Ainda sobre as consequências advindas da implementação do Future-se, Del Pino (2020) afirma que forma e legalidade para o trabalho docente no ensino superior público de novo tipo, com a possível terceirização dos serviços de educação, surge a perspectiva de colocar sob controle das organizações sociais parte significativa de trabalhadoras e trabalhadores da educação das IFES, com toda a instabilidade e precariedade derivadas dessa modalidade de prestação de serviço. A contratação de docentes por meio de organização social colocará fim ao concurso público para docente, rompendo o vínculo com a instituição e sua dedicação voltada para a construção da própria universidade.

De acordo com Silva Júnior e Fargoni (2020) será instituído, na universidade, sistema meritocrático, em que pesquisadores desafiarão uns aos outros em busca de verbas provenientes de empresas privadas. Além disso, haverá a concorrência entre as universidades para ranquearem-se bem, a fim de conquistarem parcerias público-privadas, que representarão o fundo predominante de financiamento, dado que pouco será provido do Tesouro Nacional. Isso contribuirá para o desmonte das carreiras do magistério superior, a dedicação exclusiva e o tripé constitucional ensino-pesquisa-extensão.

O desmonte não se destina apenas às universidades, mas a todo o sistema de ciência e tecnologia do país, que, além das universidades, contém as agências públicas de fomento, responsáveis pelo financiamento de quase 90% da produção científica do país, aprofundando o processo de dependência científica e tecnológica (LEHER, 2018).

De modo geral, as universidades federais sinalizam que o Future-se não indica nenhuma solução para os problemas dos IFES. Por meio desse movimento, nota-se a radical redução da autonomia universitária a um status de autonomia financeira, não de gestão financeira, patrimonial, didática e científica, conforme se infere do art. 207 da Constituição Federal de 1988.

As organizações sociais foram concebidas como instituições do mercado financeiro para coordenar as políticas educativas, organizar práticas, contratar pessoas e comandar pesquisas científicas, controlando a universidade de ponta a ponta. O Future-se é uma reforma capitalista da universidade, que não vai deixar futuro algum à universidade pública (DEL PINO, 2020).

O Future-se é a síntese do desprezo com a educação superior pública brasileira, que passará de um polo de potencial progresso e prosperidade intelectual à sociedade brasileira para um polo servil de produção de valor privado. Caracteriza-se pelo poder imperativo sobre a sociabilidade dos sujeitos envolvidos com a pesquisa no âmbito acadêmico nacional, sobre sua força imperativa na mudança do trabalho do professor universitário e pesquisador, sobre o domínio do senso de produção de conhecimento para o mercado produtivo e sobre a pujança na eliminação da autonomia do trabalho científico nas universidades (SILVA JR.; FARGONI, 2020).

Além de um antigo projeto de desmantelamento da coisa pública no geral e da educação pública, em particular, existe uma conjuntura específica, um momento do capital mundial que possibilitou a ascensão da extrema direita no Brasil, numa caricatura que representa o núcleo oligárquico brasileiro. Essa oligarquia vê a Universidade como um antro para formar comunistas e ativistas, e quer coibir a oportunidade de conversar, defendendo a escola com um partido, não no sentido parlamentar, mas no sentido ideológico (“Escola sem Partido”). Fomenta um movimento de criminalização do ensino livre, colocando a universidade, as escolas e os professores como inimigos de uma suposta moralidade pública (FRIGOTTO, 2019). Segundo o autor, vivemos um contexto anti-universidade e anti-conhecimento, um obscurantismo que segue na perspectiva da força bruta e do fanatismo, com traços de fascismo.

Frigotto (2019) constata também que já vínhamos enfrentando, na universidade, a lógica da mercadoria, com a produção do conhecimento, a produção de teses e artigos, numa perspectiva quantitativa. Essa produção quantitativa inibe a qualidade e o avanço do conhecimento, o conhecimento que se produz hoje é pouco potente, porque ele é muito repetitivo. Produz-se conhecimento para a sociedade, mas ainda está aquém do necessário. E mesmo estando aquém, ele representa um perigo para as oligarquias que dominam o país. Portanto, o sucateamento das universidades não é uma distração, é um projeto da burguesia brasileira, uma oligarquia associada ao grande capital, que vende o país e ganha muito com isso.

Considerações finais

A pesquisa da literatura realizada para a elaboração deste artigo possibilitou uma análise, de forma mais aprofundada, reflexiva e crítica, a relação da educação no contexto das políticas neoliberais, que influenciaram diretamente, toda a estrutura e desenvolvimento das universidades públicas brasileiras, como um todo. O intuito deste estudo, portanto, foi o de compreender a tensão de forças que se estabelece no bojo das políticas de educação superior no Brasil, tendo em vista o contexto do ideário neoliberal global.

Assim, diante dos estudos, foi possível constatar que as políticas educacionais das últimas décadas vêm provocando mudanças substanciais no cenário educacional do país, que incidem de modo especial sobre a gestão e organização institucional. Contudo, diante do modelo de políticas neoliberais, houve um desmonte da universidade pública brasileira, com um investimento cada vez menor do Estado no campo da educação, mercantilizando o sentido da formação universitária e, legitimando, dessa maneira, maior investimento na expansão da rede privada de ensino superior, em detrimento do investimento em vagas públicas e da busca pela garantia da democratização do acesso a um ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Esse contexto contraria todo o percurso histórico da universidade, que nasceu e se desenvolveu como espaço de formação integral do ser humano, voltada para a reflexão, criticidade, autonomia, emancipação, discussão, diálogo, investigação e pesquisa, distante dos interesses utilitaristas e comprometida com o bem comum de integração cultural. O cenário, portanto, é desanimador, onde as instituições públicas de ensino superior são diretamente afetadas pelo modo de estruturação do novo capitalismo liberal, resultando na produção científica cada vez mais marcada pelo cunho comercial e desigual.

Esta perspectiva intensifica a privatização, na qual, estruturas privatizantes estão instaladas e consolidadas, sendo uma realidade que se integra ao corpo institucional das universidades públicas, corpo esse, que nos desfigura, mais do que nos identifica. Cabe, ainda, assinalar, entretanto, que a privatização por dentro das universidades públicas, como apresentado, não é consequência apenas das políticas neoliberais provenientes de fora dos seus muros, mas deve-se também em grande parte à adesão de alguns dos atores envolvidos internamente, que produzem e reproduzem um conjunto de práticas privadas no contexto das instituições públicas

Diante dessa lógica mercadológica, é necessário fortalecer as lutas que se convergem em lógicas opostas aos interesses exclusivos do modelo econômico vigente, o que torna a compreensão dessas mudanças determinantes para a intensificação do movimento de defesa, de ressignificação da universidade pública, para que a educação consiga retomar seu lugar de importância. Assim, o combate ao neoliberalismo e aos seus nocivos efeitos sociais e políticos é uma necessidade urgente. Em síntese, mesmo “aprisionado” em um sistema que controla, avalia,

pressiona, responsabiliza, fica evidente que a resistência é o que permite que o docente continue a exercer a sua atividade como deve ser.

Portanto, diante desse pensamento, a rebeldia, resistência e a militância são ações que consistem na tentativa de organizar de forma mais orgânica e efetiva, não deixando se curvar, desanimar e moldar de acordo como o modelo imposto. Mas a cada dia, lutar e buscar por mudanças, somando os ambientes de discussão, mobilização e reflexão, sempre com esperança para a emancipação e cidadania plena, possibilitando o devir de um mundo mais humano e democrático.

Neste tempo presente, onde a inovação e o empreendedorismo são sinônimos de progresso, se faz cada vez mais necessário lutar por uma educação que estimule a capacidade de julgamento e de compreensão.

Referências

AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior**: Estado x mercado. São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 216.

ANDERSON, P. et al. **Balanço do neoliberalismo**. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr./jun. 2015.

BIAGINI, H. Liberalismo elitista e republicanismo radical. In: SI-DEKUM, A. (org.) **Enciclopédia latino-americana dos direitos humanos**. Petrópolis: Nova Harmonia, 2016. p. 531-537.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Constituição (1988)**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.sena->

do.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/
CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. **Lei nº 010172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BRESSER, L. C. P. Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. **BRESSERPEREIRA.ORG**, 2020. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

DA COSTA, C. F.; SILVA, S. M. G. Novo neoliberalismo acadêmico e o Ensino Superior no Brasil. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 6-35, set./dez. 2019.

DEL PINO, M. A. B. A universidade pública e o Future-se: a valorização do capital como centro das relações acadêmicas. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 29, n. 1, jan./dez. 2020.

DINIZ, R. V.; GOERGEN, P. L. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. **Avaliação**, Sorocaba, v. 24, n. 3, p. 573-593, dez. 2019.

DOURADO, L. F.; CATANI, A. M. (orgs). **Universidade pública: políticas e identidade institucional**. Campinas: Autores Associados, 1999.

FRIGOTTO, G. Nossa tarefa agora é recuperar a ‘Universidade Necessária’, a universidade que tenha o conhecimento como direito universal. [Entrevista concedida a] RIBEIRO, A. M.; NOLASCO-SILVA, L. **Re-**

vista Teias, [S.l.], v. 20, n. 56, p. 188-199, mar. 2019.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LEHER, R. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MANCEBO, D.; BITTAR, M.; CHAVES, V. L. J. Educação superior, expansão e reformas educativas. In: MANCEBO; BITTAR; CHAVES. (Orgs). **Educação superior: expansão e reformas educativas**. Maringá: Eduem, 2012. p. 13-19.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F.; NEVES, L.M.W., (Orgs). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. p. 67-107.

PERA, G.; MENEZES, D. MEC lança programa para aumentar a autonomia financeira de universidades e institutos. **PORTAL MEC**, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/212-noticias/educacao-superior-1690610854/78211-mec-lanca-programa-para-aumentar-a-autonomia-financiera-de-universidades-e-institutos>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SALES, H. L.; CARDOSO, H. L. S. A. D. Neoliberalismo no Brasil: agravamento da ausência de um capitalismo autônomo. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 4, n. especial, p. 304-317, 2020.

SAMPAIO, H. M. S. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2000.

SANTOS, B. S. **Precisamos construir utopias para enfrentar o neoliberalismo**. Belo Horizonte: UFMG, 2019. Disponível em: <https://>

ufmg.br/comunicacao/noticias/boaventura-precisamos-construir-novas-utopias-para-enfrentar-o-neoliberalismo. Acesso em: 15 nov. 2020.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015.

SILVA JUNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, n. e239000, p.1-17, 2020.

TELLO, C.; ALMEIDA, M. de L. P. de. **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

UFPA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Análise, reflexões e questões acerca do Projeto de Lei do Programa Future-se. *In: Dossiê sobre o Programa FUTURE-SE do Governo/MEC e suas Implicações para a Universidade e Sociedade*. Curitiba. Ago. 2019. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalfpr/wp-content/uploads/2019/08/UFPR-FUTURE-SE.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

VIDAL, F. B. Um marco do fundamentalismo neoliberal: Hayek e o caminho da servidão. **Comunicação e política**, v.24, n. 2, p.073-106, 2007